



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRAL DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPETIVA  
INCLUSIVA**

**RAMON FELIPE NEVES DA SILVA**

**O ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

CAMPINA GRANDE - PB

2020

RAMON FELIPE NEVES DA SILVA

**O ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

**Área de concentração:** Educação Inclusiva

**Orientador:** Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre

CAMPINA GRANDE - PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Ramon Felipe Neves da.  
O aluno surdo no ensino superior [manuscrito] : possibilidades e desafios / Ramon Felipe Neves da Silva. - 2021.  
26 p. : il. colorido.  
  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021.  
"Orientação : Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre, Departamento de Educação - CEDUC."  
1. Educação inclusiva. 2. Ensino superior. I. Título  
21. ed. CDD 370.115

RAMON FELIPE NEVES DA SILVA

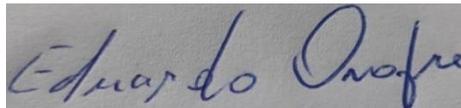
## O ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Área de concentração: Educação Inclusiva.

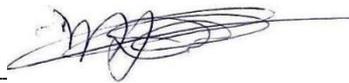
Aprovada em: 21/01/2021.

### BANCA EXAMINADORA



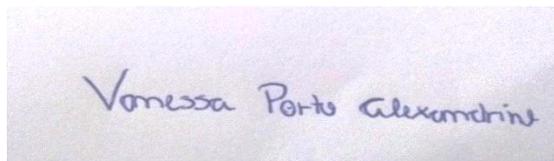
---

Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Profa. Dra. Maria Dolores Fortes Alves  
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)



---

Profa. Mestre Vanessa Porto Alexandrino  
Faculdade Três Marias (FTM)

Dedico este trabalho a minha mãe, que não mediu esforços para que eu alcançasse mais essa vitória em minha vida. Ao meu pai que, de sua peculiar maneira, me fez chegar até aqui. Ao meu irmão Rodolfo, pelo qual conheci o meu amigo, professor e orientador, Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Eduardo Onofre, e a minha esposa por todo carinho e apoio.

## **SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado  
CENESP – Centro Nacional de Educação Especializado  
CNH – Carteira Nacional de Habilitação  
DA – Deficiência Auditiva  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IES – Instituição de Ensino Superior  
Ines – Instituto Nacional de Educação de Surdos  
LBI – Lei Brasileira de Inclusão  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
Libras – Língua Brasileira de Sinais  
MEC – Ministério da Educação  
OMS – Organização Mundial de Saúde  
PB – Paraíba  
REIN – Revista Educação Inclusiva  
SEDH/PR – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República  
SEESP – Secretaria da Educação Especial  
TA – Tecnologia Assistiva  
TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais  
TV - Televisão  
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba  
USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>9</b>
2.1 Tipo de pesquisa – qualitativa.....	9
2.2 Cenários e participantes da pesquisa .....	9
2.3 Instrumento da pesquisa.....	9
2.4 Análise dos dados.....	9
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
3.1 Compreendendo a deficiência e a surdez.....	10
3.1.1 Educação escolar de pessoas com surdez .....	11
3.2 A inclusão do aluno com deficiência no ensino superior.....	12
<b>4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>13</b>
4.1 O trabalho do tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS).....	13
4.2 A relação dos discentes surdos com os professores .....	16
4.3 Os estudantes surdos com os colegas .....	18
4.4 Os desafios observados.....	20
4.5 Recomendações.....	21
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>23</b>

## O ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

### EL ESTUDIANTE SORDO EN EDUCACIÓN SUPERIOR: POSIBILIDADES Y RETOS

Ramon Felipe Neves da Silva\*

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos matriculados na Universidade Estadual da Paraíba, campus Campina Grande, Brasil. Como instrumento metodológico, utilizamos a observação in loco. As observações foram realizadas no período de setembro a outubro de 2018 e de maio a junho de 2019. Participaram deste estudo dois estudantes surdos, sendo uma estudante do curso de Ciências Biológicas e outro do curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Também, participaram desta investigação dois tradutores intérpretes de libras que acompanhavam pedagogicamente os referidos estudantes. Os resultados indicaram a importância das Instituições de Ensino Superior - IES favorecerem cursos de formação na área de educação inclusiva, cursos de libras para a comunidade acadêmica e externa, a participação dos TILS nas atividades acadêmicas e o diálogo entre aluno surdo – TILS – professor. Concluímos que as IES podem ser para os estudantes surdos um ambiente que promove a aprendizagem de conteúdos, assim como um lugar social que favorece a interação social.

Palavras chave: Educação Inclusiva. Ensino Superior.

#### RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo principal analizar el proceso de enseñanza-aprendizaje de estudiantes sordos matriculados en la Universidad Estatal de Paraíba, campus Campina Grande, Brasil. Como instrumento metodológico utilizamos la observación in loco. Las observaciones se realizaron de septiembre a octubre de 2018 y de mayo a junio de 2019. En este estudio participaron dos estudiantes sordos, uno del curso de Ciencias Biológicas y el otro del curso de Especialización en Educación Especial en la Perspectiva Inclusiva. Asimismo, participaron en esta investigación dos traductores intérpretes de libras, quienes acompañaron pedagógicamente a estos estudiantes. Los resultados indicaron la importancia de las Instituciones de Educación Superior - IES para favorecer cursos de formación en el área de educación inclusiva, cursos de libras para la comunidad académica y externa, la participación de TILS en actividades académicas y el diálogo entre estudiantes sordos - TILS - docente. Concluimos que IES puede ser un entorno que promueva el aprendizaje de contenidos para estudiantes sordos, así como un lugar social que favorezca la interacción social.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Enseñanza superior.

---

\* Graduado Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Professor da rede estadual de educação da Paraíba desde 2015. E-mail: ramonfelipelibras@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho originou-se nos debates realizados nas disciplinas que compõem o curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva ofertado pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), assim como pelas inquietações do seu autor advindas das suas experiências acadêmicas e profissionais. Desse modo, elaboramos um projeto de pesquisa e logo apresentamos à Coordenação do Curso supracitado.

É basicamente um senso comum relacionar a Educação Inclusiva com a Educação Especial, como se a inclusão fosse direcionada apenas para os alunos com deficiência, o que não é verdade. As propostas de uma educação Inclusiva dizem respeito aos sujeitos que estão a margem da sociedade por apresentarem alguma deficiência ou por outros fatores, étnicos, sociais e/ou econômicos, os quais dificultam ou impossibilitam acesso e permanência, de um determinado sujeito, em diversos lugares sociais, a exemplo das Instituições de Ensino Superior – IES.

O debate sobre uma educação especial na perspectiva da educação inclusiva vem sendo realizado há vários anos, por diferentes especialistas no campo da educação e pelas próprias pessoas com deficiência e seus familiares, através de entidades e organizações governamentais e não governamentais. No momento atual, muitos educadores são a favor da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares, observando a importância da interação entre os sujeitos com ou sem deficiência. Mas, essa inclusão deve promover as potencialidades de todos dentro do processo educacional regular, obedecendo ao direito dos alunos de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Outra legislação a favor da Educação inclusiva é a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, de 2015, que, entre diversos outros aspectos voltadas para a inclusão, aponta e determina que as instituições de ensino, em seus diferentes níveis, preparem-se para promover um processo educacional inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de suas especificidades, ter uma deficiência ou não, sejam contemplados de maneira qualitativa, construindo um processo de ensino-aprendizagem acadêmico e social que responde a todos.

Outras pesquisas e artigos científicos fortalecerem essa concepção, a fim de evitar a segregação e promover a inclusão em seus diversos aspectos. Como dito por Jenny Corbett (2001 apud LAPLANE, 2006, p. 712), “(...) a educação inclusiva diz respeito à qualidade da educação comum e não à educação especial”.

Entre tanto, alguns educadores não são favoráveis à inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares por não considerar o processo inclusivo eficaz, tendo os alunos desvantagens a medida que não acompanham o ritmo acadêmico dessas instituições. Nessa perspectiva, surge, o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, sancionado pelo atual Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, instituindo a Política Nacional de Educação Especial estabelecendo a retomada da criação de Centros, Núcleos e Classes Especializadas de apoio às pessoas com deficiência, o que deixa indagações referentes à inclusão nas escolas comuns. O processo de inclusão continua? As instituições educacionais comuns deveram se adaptar para o ingresso de alunos e funcionários com deficiência? Não está sendo estimulada a segregação das pessoas com deficiência? Entre outras questões.

As leis, decretos e declarações supracitadas são resultantes de muitas discussões que se faz a respeito do que se refere a pessoas com deficiência, independente de qual seja e em qual nível esteja. Apesar dessas regulamentações,

continuamos a caminhar em “passos lentos” na tentativa de promover um processo sócio educacional inerente a época que vivenciamos.

Diversas barreiras levam a esta morosidade no processo sócio educacional, entre elas a não aceitação da deficiência por parte dos pais e até mesmo dos próprios sujeitos com deficiência, além das barreiras urbanas e arquitetônicas, do mal acesso as instituições, a não formação adequada de muitos docentes, entre outras.

A transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior é um dos objetivos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Em relação à presença de alunos com deficiência no ensino superior, observamos um aumento, mesmo que não seja o desejável, mas já podemos ver a participação de tais alunos nas Instituições de Ensino Superior – IES brasileira.

Segundo o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), órgão do Ministério da Educação, são aproximadamente 10 milhões de pessoas surdas em todo o país, e na Paraíba, de acordo com o último Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 27,7% da população paraibana tem algum tipo de deficiência visual, auditiva, motora ou mental, em diferentes graus de severidade, o que posiciona o estado como o 3º estado com o maior número de pessoas com deficiência do país, ficando atrás apenas do Rio Grande do Norte e o Ceará. (BRASIL, 2010).

Em relação aos surdos, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), o ENEM de 2016 teve a participação de 7.131 pessoas com deficiência auditiva e 2.290 surdos, totalizando 0,1% do total de inscritos nesse ano, contando ainda com 3562 solicitações do recurso de TILS e 1624 do recurso de leitura labial. (BRASIL, 2017)

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2017 despertou em sua edição a reflexão sobre a educação para os surdos no Brasil, trazendo a temática em sua redação. Sabemos que, é importante a discussão de uma temática que aborde uma compreensão dos aspectos sócios educacionais vivenciados por alunos surdos no Ensino Superior, assim como os demais participantes deste estudo: professores e tradutores e Intérpretes de Libras.

O número de alunos surdos nas IES, às legislações em vigor que garantem a inclusão educacional dos surdos e nossas inquietações sobre o desenvolvimento de tal processo, nos levaram ao questionamento principal desta pesquisa: como está sendo efetivado o processo de inclusão de estudantes surdos na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, campus Campina Grande, Brasil? Diante da questão norteadora supracitada, elaboramos os seguintes objetivos deste estudo.

O objetivo geral é analisar o processo de ensino-aprendizagem de dois alunos surdos, matriculados na Universidade Estadual da Paraíba, campus Campina Grande. Como objetivos específicos, elaboramos os seguintes: identificar a importância da participação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) brasileira; discutir as ações desenvolvidas pela UEPB para incluir os estudantes surdos; abordar as legislações vigentes a respeito do processo de inclusão de estudantes surdos no ensino superior.

Dessa forma, estruturamos o presente trabalho nos tópicos de metodologia, fundamentação teórica, apresentação e discussão dos resultados e as considerações finais. Na metodologia, tratamos do tipo da pesquisa, o instrumento metodológico, o cenário e os participantes desse estudo e o método de análise dos dados. A fundamentação teórica divide-se em dois subcapítulos: no primeiro

discutimos a compreensão sobre deficiência e a surdez, no segundo abordamos a inclusão do aluno com deficiência no ensino superior. Posteriormente, apresentamos e discutimos os dados coletados. Por fim, elaboramos nossas considerações finais.

## **2 PERCURSOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Tipo de pesquisa – qualitativa**

Segundo Silveira e Córdova (2009), “[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”. Com isto foi realizado um estudo de caso com a finalidade de possibilitar um acompanhamento in loco culminando neste artigo.

### **2.2 Cenários e participantes da pesquisa**

O lócus da nossa investigação foi a Universidade Estadual da Paraíba, campus I, Campina Grande, Paraíba, Brasil. Participaram deste estudo uma aluna surda matriculada no curso de Ciências Biológicas da mencionada instituição de ensino superior e o TILS que acompanha tal aluna nas suas atividades acadêmicas. Também foi observado um aluno surdo do curso de Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, assim como os TILS que o acompanhava durante as aulas e os professores das disciplinas.

### **2.3 Instrumento da pesquisa**

Escolhemos como instrumento metodológico para nortear, o presente estudo, a observação in loco. Segundo Rodrigues (2006, p. 92 apud PINHEIRO, 2018, p. 610), esta técnica consiste na “coleta de dados a partir da observação e do registro, de forma direta, do fenômeno ou fato estudado”.

Neste prisma, dizemos que a observação in loco se faz importante para o presente trabalho de pesquisa, pois possibilita que uma pessoa ouvinte, apesar de não se apropriar do lugar de fala das pessoas surdas, consiga observar importantes critérios para uma dissertação mais assertiva sobre a problemática que fundamenta esse artigo, como por exemplo, as interações sociais existentes ou não com todos os indivíduos no processo de ensino-aprendizagem ao qual o aluno surdo é submetido.

Através desta técnica foi realizada a coleta dos dados no período de março a junho de 2019, sendo os dois primeiros meses referentes à observação realizada no curso de Ciências Biológicas e os meses seguintes durante a Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

### **2.4 Análise dos dados**

Realizamos uma análise descritiva, utilizando os dados coletados nas observações, cominando neste artigo como Trabalho de Conclusão de Curso.

Utilizamos esse método de análise por consistir, como o próprio nome sugere, em descrever as observações, não sendo necessária a criação de hipótese, o que correlaciona com a problemática primária desse artigo. Através da análise descritiva

podemos obter relevantes informações sobre o tema abordado, dentro da amostra observada.

Observamos 6 aulas da Graduação referente a disciplina de Zoologia, distribuídas em 3 dias da semana no período de setembro a outubro de 2018, posteriormente passando para a observação durante as aulas do curso de Especialização, onde foram observadas 2 aulas por dia, 2 dias por semana durante 4 semanas, totalizando 16 aulas, no período de maio a junho de 2019. Durante a observação na Especialização, foram observadas as aulas de todas as disciplinas que compõem a mesma, não contando com o período de pesquisa e elaboração do trabalho feito pelo aluno surdo referente a seu projeto apresentado a comissão de seleção de tal curso.

Durante os momentos de observação foram observados a relação de comunicação entre aluno-TILS, aluno surdo-professor, TILS-professor, aluno surdo-aluno ouvinte, TILS-aluno ouvinte. A localização física do aluno surdo dentro da sala de aula e as TA's utilizadas.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Compreendendo a deficiência e a surdez

Para início de discussão vamos entender o conceito de Deficiência segundo alguns autores e legislação. Para Fernandes (2008) a Organização Mundial de Saúde (OMS) define deficiência, incapacidade e desvantagem como sendo:

Qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica; incapacidade é qualquer redução ou falta (resultante de uma deficiência) de capacidades para exercer alguma atividade dentro dos limites considerados normais para o ser humano, e; desvantagem é o impedimento, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para um indivíduo, levando-se em consideração a idade, o sexo e os fatores socioculturais. (p. 94)

Faz-se importante entendermos os conceitos de deficiência e incapacidade para que possamos compreender parte das dificuldades que as pessoas com deficiência auditiva passaram e ainda passam nos diversos lugares sociais, que por silogismo, também encontradas em nas instituições de ensino, seja na educação básica ou em instituições superiores.

No livro - *O que deficiência* - Débora Diniz escreveu que “não é um ato de ingenuidade assumir a cegueira ou a surdez como um estilo de vida. Tampouco se trata de uma tentativa solitária de descrever o mundo em termos mais fraternos às pessoas com deficiência.” (DINIZ, 2007, p.76). A autora supracitada tratando a deficiência como diferentes modos de se viver, pois se tratam de diferenças físicas e sensoriais que fazem parte da diversidade humana. O que nos leva a buscar entender como se desenvolveu os aspectos históricos, sociais e legais que possibilitam a inclusão de pessoas surdas nas escolas e instituições de ensino superior brasileira.

Moura, Leite e Martins (2017) afirmam que “a compreensão da deficiência depende da forma como ela é interpretada e abordada, dentro de um contexto social. Tal compreensão pode estar centrada tanto na deficiência como no meio”. (pp. 531-546). Buscamos abordar essa compreensão durante o processo de desenvolvimento desse trabalho acadêmico.

De acordo com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leny Magalhães Mrech da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, a Educação Inclusiva é o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus níveis. (MRECH, 2010, p.2).

Consoante à concepção de surdez, a Secretaria de Educação Especial vinculada ao Ministério da Educação do Brasil afirma que:

Surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons, sendo assim, a pessoa pode ser classificada em, parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA) em dois níveis sendo Surdez leve - Perda auditiva de até quarenta decibéis, e Surdez moderada – Perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. E, a classificação de Surdo, também em dois níveis, sendo eles a Surdez severa – Perda auditiva entre setenta e noventa decibéis, e a Surdez profunda – Perda auditiva superior a noventa decibéis. (BRASIL, 2006, p.19)

As pesquisas referentes ao tema da surdez tendem a seguir dois vieses, o modelo clínico-terapêutico e o modelo socioantropológico, sendo o primeiro apresentado no discurso dos defensores do oralismo, e o segundo nos da língua de sinais (Skliar, Massone, & Veinberg, 1995, p. 85-100). O modelo clínico-terapêutico busca a análise diagnóstica a fim de propor possibilidades de reabilitação, como por exemplo, o implante coclear, na tentativa de corrigir o problema auditivo. Em contrapartida, o modelo socioantropológico pressupõe a língua de sinais como a língua natural da comunidade surda, se apresentando apenas como uma diferença linguística.

### **3.1.1 Educação escolar de pessoas com surdez**

O fascículo IV destinado ao Atendimento Educacional Especial, sobre Surdez diz que “historicamente como concepções desenvolvidas sobre a educação de pessoas com surdez se fundamentaram em três diferentes abordagens: a oralista, a comunicação total e a abordagem por meio do bilinguismo”. (BRASIL, 2010, p.9).

O método oralista, assim como a comunicação total constituíram um processo de aprendizagem não favorável ao desenvolvimento completo das pessoas surdas, por enfatizar a atuação dominante das modalidades orais, o que acarretava na negação da língua natural dos alunos surdos, provocando perdas consideráveis nos aspectos linguísticos, cognitivos, políticos, sócios afetivos, culturais e consequentemente no processo de aprendizagem.

Usava-se o português sinalizado, por exemplo, a favor da modalidade oral, fazendo assim com que fosse desfigurada a estrutura da língua de sinais. Em contrapartida, a metodologia abordada por meio do bilinguismo tem como objetivo preparar a pessoa surda para a utilização de duas línguas, uma com foco na escrita da comunidade ouvinte, no caso o Português e outra na língua da comunidade surda, tratando-se da Língua de Sinais Brasileira - Libras.

Debates em diversos âmbitos nacionais têm demonstrado que o ensino para pessoas surdas por meio do bilinguismo corresponde melhor às necessidades do aluno, tendo em vista o respeito à língua natural

inerente da especificidade do indivíduo à medida que também constrói um ambiente propício para a sua aprendizagem escolar.

### 3.2 A inclusão do aluno com deficiência no ensino superior

Fernandes, em sua Tese de Doutorado diz que “a deficiência, a incapacidade e a desvantagem, estão intimamente ligadas ao processo histórico que partiu da *segregação*, passou pela *integração*, até chegar à *inclusão das minorias*”. (FERNANDES, 2008, p. 94). Esse processo vem ocorrendo ao longo da história da humana, onde há uma segregação das pessoas consideradas não normais das que são consideradas normais, e isto ocorre até que questões políticas, econômicas e sociais desse início as discussões sobre o papel das pessoas com deficiência na sociedade, e as possíveis potencialidades que tais grupos de indivíduos possuem.

Como exemplos destas discussões, podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, 1990; a Declaração de Salamanca, de 1994; e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, de 1999.

No Brasil, tem-se a Criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, posteriormente tornou-se Secretaria da Educação Especial (SEESP), em 1986, objetivando principalmente a centralização e coordenação das ações de política educacional voltadas para as pessoas com deficiência.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Capítulo II, Art. 6º, dispõe sobre os direitos sociais e entre eles está o a educação, no entanto, não esclarece a maneira com que será efetivamente realizada a aplicação desse direito (BRASIL, 1988).

Outras leis que normatizam essa temática é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 (Brasil, 1996), Capítulo III, art. 4º, inciso III; temos também, a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002; e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, aqui já citadas.

As leis, decretos e declarações referentes à inclusão de pessoas com deficiência, independente de qual seja e em qual nível esteja, são resultantes de muitas discussões e luta por parte das pessoas com deficiência, seus familiares e amigos, o que nos faz caminhar em “passos lentos” na tentativa de promover um processo social, educacional e inclusivo inerente à época que vivenciamos.

As discussões acadêmicas vêm promovendo debates importantes referentes a inclusão de pessoas com deficiência em diferentes âmbitos, seja ele educacional, trabalhista, social, entre outros, promovendo indagações importantes e extremamente relevantes para a transformação de nossa sociedade, afim de torná-la mais justa e menos segregada, tratando de seus indivíduos com mais equidade e menos desproporcionalidade.

Podemos observar nos debates e discursos tratados sobre a inclusão que há um entendimento de que as deficiências individuais são ampliadas dentro de um contexto de sociedade que vivemos, sendo assim um vetor contrário daquele que almejamos alcançar.

Todos os indivíduos, sem exceção, possuem em si e no meio em que estão inseridos, respectivas habilidades que com orientação correta, respeito às variações das competências humanas, podem contribuir positivamente para uma sociedade que presa o respeito à diversidade, a autonomia do indivíduo, suas

capacidades educacionais, suas potencialidades e em diferentes contextos sociais inerentes de ações e reações políticas e econômicas.

No que se refere ao processo educacional, identificamos que os embasamentos legais garantem o direito de acesso à educação. No entanto não garante a aprendizagem qualitativa do indivíduo no âmbito escolar, muito menos sua permanência, tendo assim como uma das maiores consequências um número mínimo, insatisfatório, de pessoas com deficiência física, cognitiva e sensorial na educação básica brasileira e menor ainda nas instituições de ensino superior.

Diversas barreiras levam a este agravamento, entre elas a não aceitação da deficiência por parte dos pais e até mesmo dos próprios indivíduos com deficiência, além das barreiras urbanas inerentes da não adaptação dos espaços físicos para utilização dos mesmos por pessoas com ou sem deficiência, do mal acesso as instituições o que dificulta ou até mesmo impossibilita o processo de inclusão, entre outras como a adaptação social que vai da recepção do aluno com deficiência até o processo de avaliação acadêmica dos mesmos.

A Escolarização dos surdos no Brasil, em foco o Ensino Médio é abordado por Moura, Leite e Martins na obra *Universidade acessível: com a voz os estudantes surdos do ensino médio*, onde os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Especial nos remetem a pensar em como está sendo efetivamente conduzida a inclusão de alunos com deficiência, especificamente neste caso os surdos, em diversas fases educacionais nos direcionando a educação de nível superior.

Entre as normas e diretrizes referentes à educação básica e superior temos a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) que define, em seu art. 2º, que um indivíduo é considerado deficiente quando,

[...] tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s/p).

São absolutamente necessários que sejam assegurados aos alunos surdos, os meios para sua permanência nas instituições acadêmicas, inclusive e não menos importante, nas instituições de ensino superior, como serviços e/ou recursos especializados visando à permanência e à conclusão dos seus estudos na instituição acadêmica no qual é matriculado, seguindo orientações da Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007).

As universidades buscam institucionalizar ações e estratégias afirmativas que visem à eliminação de obstáculos que impedem e dificultam a participação efetiva de alunos com deficiência nesta etapa de formação acadêmica (MARTINS e NAPOLITANO, 2017). Fazendo-se necessário a identificação de tais estratégias e seus possíveis impactos positivos e/ou negativos sobre o grupo de indivíduos ao qual são destinadas, principalmente quando se trata de instituição de nível superior como a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

## **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **4.1 O trabalho do tradutor e intérprete de língua de sinais (TILS)**

A comunicação entre os sujeitos é uma condição indispensável para se estabelecer uma interação. Assim, diferentes formas de comunicação foram desenvolvidas ao longo da história da humanidade. No que se refere aos sujeitos

surdos, à capacidade de interação social se consolidou como um importante aspecto na evolução da espécie, possibilitando aos tais sujeitos o compartilhamento de informações e o conhecimento de diversos métodos, na área da educação, que facilitam o processo de ensino-aprendizagem.

A interação entre sujeitos, estabelecida pela comunicação, encadeou um avanço no conhecimento da espécie humana em diversos e diferentes aspectos, evoluindo exponencialmente os sujeitos envolvidos à medida que as informações, as trocas de conhecimentos, eram compartilhadas, produzindo e delineando conhecimentos anteriormente não compreendidos de maneira coletiva. Assim, os seres humanos foram capazes de codificar e decodificar as informações adquiridas por diferentes indivíduos ao longo dos séculos, até o momento atual.

Nesta linha de pensamento, sublinhamos a importância do trabalho do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais - TILS, por mediar a comunicação, ou seja, o processo de interação entre surdos-ouvintes. O TILS é um agente de conexão no processo de ensino-aprendizagem das pessoas surdas, desenvolvendo um importante papel social dentro e fora dos muros das instituições escolares. O TILS não substitui o professor, nem minimiza a necessidade de sua atuação, ele tem o trabalho de mediar a interação entre o professor e o aluno surdo. .

Historicamente, as traduções e interpretações feitas dos gestos das pessoas surdas eram realizadas por seus familiares e alguns amigos mais próximos, ou seja, pessoas que conviviam com os surdos e criavam um meio de comunicação não verbal com os mesmos, tendo como orientação os gestos feitos pelos surdos e seus parentes. Este tipo de comunicação era muito limitado, o que não proporcionava independência para a comunidade surda e menos ainda sua inclusão social.

César Augusto de Assis Silva (2010), cientista social e autor da tese de doutorado *Entre a deficiência e a cultura: Análise etnográfica de atividades missionárias com surdos*, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, afirma que as instituições religiosas cristãs, foram às primeiras instituições a trabalharem com os gestos dos surdos como uma linguagem. Posteriormente, essas instituições começam a trabalhar com a Língua de Sinais.

Com o progresso das línguas de sinais, formações de pessoas para trabalharem como TILS foram iniciadas, tendo o foco de inserir tais profissionais nos diversos lugares sociais, a exemplo de instituições educacionais e empresas. Essa nova oportunidade de trabalho, foi um dos mecanismos que proporcionou a inserção dos TILS como um profissional do mercado de trabalho, antes mesmo de sua regulamentação.

A ferramenta de trabalho do TILS, no Brasil, é a Língua Brasileira de Sinais - Libras, onde apesar de ter sido originalizada em 1857 (SOUZA, 2009), só foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão em abril de 2002, pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, promulgada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, através do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, dispõe que a Libras deve ser obrigatoriamente inserida em diferentes cursos de formação, principalmente nos voltados ao magistério. Em 1º de abril de 2010 é regulamentada a atuação do TILS através da Lei Federal 12.319, dispondo em seu 1º e 2º artigo o seguinte:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência

em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. (BRASIL, 2010, s/p)

Sancionado pela então Presidente da República, Dilma Rousseff, o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art. 28, destaca em seu inciso XI a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio. (BRASIL, 2015). Por meio do artigo 28, da lei supracitada, torna obrigatório a presença e permanência do TILS durante as atividades acadêmicas realizadas por pessoas surdas dentro das instituições de ensino em seus diferentes níveis, assim como em atividades externas as instituições sempre que propostas por seus docentes, como, por exemplo, aula de campo.

Ainda na LBI, Art. 28, na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do *caput* deste artigo, deve-se observar o seguinte:

- I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;
- II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (BRASIL, 2015, s/p).

A formação e capacitação dos referidos profissionais é responsabilidade do poder público, seja de maneira direta ou através de parcerias com o setor privado. No processo da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), brasileira, também é assegurado por lei o direito do candidato surdo solicitar os serviços do TILS durante as realizações das aulas práticas e teóricas, destacando ainda mais a relevância do profissional Tradutor e Intérprete da Libras em amplos aspectos possivelmente vivenciados pelas pessoas surdas.

O Comitê de Ajudas Técnicas, ligado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), aprovou a adoção da seguinte formulação para o conceito de Tecnologia Assistiva:

(...) é área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (GALVÃO FILHO et al., 2009, p. 26)

O TILS tem em si a capacidade de possibilitar um processo educacional com mais equidade, sendo muitas vezes o suporte necessário para a inclusão de surdos na sociedade, na escola e no trabalho. O TILS funciona como Tecnologia Assistiva - TA, à medida que presta seus serviços com o viés de inclusão, aproximando o sujeito surdo com a informação alinhada ao conhecimento. O acesso ao conhecimento dará ao sujeito surdo saber e autonomia. Assim, os surdos podem ser agentes transformadores ativos dos lugares sociais, os quais estão inseridos.

Para a realização deste artigo, foram observados dois tradutores e intérpretes de libras, vinculados à Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Inicialmente, observamos a participação do TILS, no curso de Ciências Biológicas, que acompanhava uma aluna surda. Tendíamos realizar a observação em 8 aulas no

intervalo de maio a junho de 2018, sendo duas aulas conjugadas em um dia na semana. Entretanto, um dos dias que iríamos observar, a aluna não se apresentou disposta clinicamente, não indo para a aula. Ficamos ciente dessa situação através do TILS que acompanhava a aluna em questão, já que o observador não possuía contato com a estudante diretamente.

Durante as seis aulas observadas, o TILS chegava antes da aluna surda na sala que seria ministrada a aula pela professora da disciplina que autorizou verbalmente a presença do observador durante suas aulas.

A aluna mantinha contato constante com seu TILS para realizar suas indagações e retirar suas dúvidas sobre os assuntos apresentados pela professora, e o TILS servia como mais um elo de inclusão da aluna no ambiente escolar. Observamos que a aluna surda demonstrava certo nível de dependência do TILS, o que fortalece ainda mais a necessidade de sua presença durante as atividades acadêmicas realizadas pela aluna com a participação de outros integrantes, como os colegas e a própria professora.

Referindo-se às observações no curso de Especialização citado neste artigo, o aluno observado apresentou uma necessidade menor de interação com o TILS, tendo em vista que alguns de seus colegas possuíam algum nível de conhecimento da Libras, o que não descarta a necessidade do TILS, já que sua presença também favorece uma maior interação e compreensão do aluno surdo com seus colegas e professores, sendo mais eficiente e eficaz o processo de tradução das informações produzidas e apresentadas pelos professores durante as aulas. O trabalho do TILS maximizava o processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

O TILS tem como função intermediar as informações produzidas em sala para que as mesmas sejam entendidas e interpretadas pelos alunos surdos. O TILS também possibilita uma maior e significativa interação do aluno surdo com seus colegas, à medida que o entendimento coletivo é construído.

Observamos que ao decorrer do curso de Especialização, onde os alunos ouvintes interagiam mais com o colega surdo do que os alunos da graduação com a aluna surda, nos momentos em que não era possível a presença do TILS. Em alguns momentos, quando o TILS não estava em sala de aula, no curso de especialização os alunos ouvintes intermediavam a comunicação entre aluno surdo e professor.

Como citado anteriormente, o TILS não substitui o professor, nem diminui a necessidade de sua presença, contudo ele também não é apenas um observador ou ferramenta pragmática, mesmo sendo uma TA, pois suas características individuais também estão presentes em sua forma de tradução e interpretação, apesar de seguir as normas da Libras, principalmente ao considerarmos que a Libras está em processo de construção e de seminação de suas regras, sendo como todas as demais línguas, com suas próprias características e não universal.

## **4.2 A relação dos discentes surdos com os professores**

Como foi descrito ao decorrer deste trabalho acadêmico, o processo educacional brasileiro referente educação inclusiva vem passando por modificações a fim de promover a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino, desde a educação básica até o nível superior. No entanto, o referido processo ainda se apresenta recente e em processo contínuo de adaptação, tanto das legislações vigentes, quanto dos integrantes desse processo, não excluindo os professores.

Muitos educadores não foram preparados em sua formação acadêmica para lidar com a diversidade em sala de aula, considerando especificidades anteriormente

excluídas, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem. As metodologias antes aplicadas se apresentam como obsoletas, exigindo do educador uma nova perspectiva de educação, uma nova abordagem e uma variação de suas metodologias. Como descrito anteriormente no tópico 3.1, só em 2005 se tornou obrigatória a inclusão da Libras como disciplina nos cursos de formação, principalmente nos voltados ao magistério. Cinco anos depois, em 2010, que vem surgir à regulamentação dos TILS, o que contribui significativamente com os professores na comunicação com os alunos surdos.

A aluna do curso de Ciências Biológicas apresentou mais dependência de seu intérprete, pouco se comunicando diretamente com a professora, durante o período de observação. Percebeu-se que a professora ficava em dúvida se olhava para a aluna ou para o TILS em sala nos momentos em que respondia as dúvidas da aluna.

Isto pode ter acontecido pelo fato da própria aluna também se dirigir ao TILS durante suas indagações sobre os conteúdos, não mantendo, constantemente, o contato visual com a professora.

Ao propor atividades escritas, a professora da aluna surda se dirigia ao TILS e fala como a atividade deveria ser feita, seu prazo de entrega e demais informações relevantes para a elaboração da atividade, cabendo ao TILS repassar tais informações para a aluna surda.

Em contraposição, o aluno surdo da Especialização apresentou mais independência do TILS, se comunicando mais livremente com alguns dos docentes ao decorrer do curso, apesar de ser visível a necessidade do TILS no processo de maximização do ritmo de ensino proposto pelo docente em suas considerações sobre os assuntos pautados em suas respectivas disciplinas, presentes na grade curricular do curso.

Contudo, devemos considerar o fato de que o aluno surdo em questão é oralizado, o mesmo era ouvinte até os 10 anos de idade, o que proporcionou sua oralização, vindo a sofrer de meningite, ocasionando perda total da sua audição. No entanto, o aluno ainda oraliza satisfatoriamente durante as aulas, falando pausadamente as palavras, em tom de voz constante a medida que também sinaliza, não tendo sido observada alterações durante toda a observação. Sua oralização possibilitava que o aluno falasse com os professores, algumas vezes sem a necessidade de tradução do TILS.

Devido ao curso ser de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, podemos supor que os professores estavam mais propícios e preparados para a interação com alunos surdos. Contudo, a professora da aluna surda também se demonstrou preocupada com o processo de aprendizagem de sua aluna, à medida que dispusera de material didático minimamente adequado para o ensino, considerando as idiosincrasias dos estudantes, da própria docente e da instituição de ensino.

Uma ferramenta constantemente utilizada pelos professores, de ambos os alunos, foi o retroprojetor, trazendo sempre informações organizadas e objetivas, sem a necessidade de adaptação para o entendimento de nenhum dos alunos, tratando-se de um desenho universal de aprendizagem para todos os presentes. Com a projeção, facilitava o trabalho do professor ao esclarecer possíveis dúvidas dos alunos, à medida que facilitava o trabalho do TILS. Assim, o TILS poderia simplesmente apontar para alguma imagem que representasse a resposta da pergunta feita pelo aluno(a) surdo(a).

A localização física na sala de aula dos dois discentes surdos observados apresentou características semelhantes, como local de visão livre para o TILS, o docente e os materiais apresentados durante as aulas referentes aos conteúdos

ministrados, o que faz bastante sentido, se considerarmos que os alunos surdos necessitam constantemente do contato visual com todo o cenário apresentado nos locais onde as atividades acadêmicas são realizadas.

Alguns dos professores da Especialização trataram sobre o conceito de Desenho Universal e utilizaram o mesmo para a aprendizagem em sala de aula, o que comungou com as Tecnologias Assistivas apresentadas e também utilizadas por docentes do referido curso lato sensu Atividades acadêmicas trabalhadas em sala de aula onde todos participam, certamente promove uma maior interação entre o surdo e seus colegas, assim como propicia uma interação com os demais alunos.

As atividades avaliativas propostas pelos professores da Especialização eram, em sua maioria, atividades em grupo, o que proporcionava a interação do aluno surdo com seus colegas na elaboração do trabalho e sua apresentação em sala de aula. Durante as apresentações, o aluno surdo continuava oralizando e sinalizando simultaneamente. Nesses momentos, o professor oralizava suas considerações sobre o trabalho apresentado pela equipe à medida que o TILS fazia a tradução para a melhor compreensão pelo aluno surdo, apesar do mesmo ter uma grande capacidade de leitura labial. Em relação às aulas com a aluna surda, no momento da observação, não foram realizadas atividades em sala de aula, nem de forma individual ou em grupo.

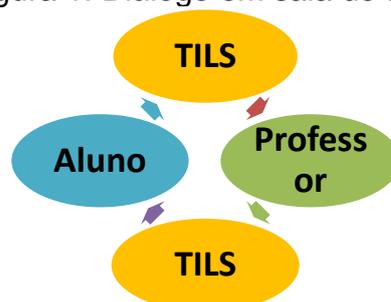
Durante a disciplina de Libras na Especialização, a comunicação entre o aluno surdo e o professor da disciplina foi bastante fluida, já que o professor também era surdo. Nestes momentos, o TILS não intervinha na comunicação, a não ser quando autorizado pelo professor para ajudar os alunos ouvintes. Essa solicitação foi feita em raros momentos, considerando os objetivos propostos da mencionada disciplina. Dessa forma, os alunos ouvintes ficavam obrigados em se interagir utilizando apenas a libras. Essa metodologia ocasionou consequências positivas relatadas posteriormente pelos alunos ouvintes

Quando não era possível a utilização do retroprojetor durante as aulas, uma TV era utilizada pelos professores, tendo o mesmo efeito de interação e participação dos alunos surdos e ouvintes. Textos escritos eram geralmente propostos para serem lidos em casa e posteriormente debatidos em sala de aula.

### 4.3 Os estudantes surdos com os colegas

A aluna surda da graduação não apresentou relação de comunicação significativa com os colegas durante o período de observação das seis aulas. A mesma se comunicava, apenas com o TILS até mesmo ao fazer seus questionamentos sobre os assuntos propostos e apresentados pela professora. Assim, o TILS, por sua vez, falava com a professora, acontecendo a mesma dinâmica para o percurso inverso da resposta das indagações, professor – TILS – aluna surda.

Figura 1: Diálogo em sala de aula



#### Fonte: Dados da pesquisa

Não foram observadas atividades coletivas (em grupo) propostas pela professora da aluna surda, impossibilitando a observação de tais momentos, o que certamente iria contribuir na elaboração deste trabalho acadêmico.

No caso do aluno surdo, no período de observação, a proposta do curso e a oralidade que o mesmo apresenta contribuíram significativamente para o processo de ensino-aprendizagem.

Devido a sua maior autonomia e o fato de que alguns colegas já tinham conhecimento prévio da Libras, por ter por exemplo, participado do curso de Extensão em Libras, o aluno surdo desenvolveu uma interação e comunicação singular com os colegas, mesmo com as limitações apresentadas por todos. Este aspecto podia ser observado durante as aulas quando o aluno conversava com alguns colegas em Libras sem a necessidade temporária do TILS, geralmente em momentos de descontração da turma. Muitos dos colegas do referido aluno surdo fizeram o curso de Libras oferecido pela UEPB, através do Curso de Extensão em Libras, indo do nível I ao nível V.

Quando a TILS precisava se ausentar da sala, o aluno surdo, participante da presente pesquisa, tinha em seus colegas um suporte para interagir nas aulas, podendo fazer indagações aos professores e colegas, obtendo suas respostas, mesmo que em alguns momentos, essa comunicação fosse lenta quando comparada a realizada com a participação da TILS.

Quando era proposta atividades em grupo, não se observou rejeição dos alunos ao terem seu colega surdo na equipe, contribuindo para uma boa relação e colaboração de todos os integrantes. O aluno surdo participava de todo processo de elaboração do material para ser apresentado a turma e ao professor solicitante do trabalho, trazendo muitas vezes os relatos vivenciados pelo próprio aluno desde que relevantes para a temática proposta, sendo uma fonte de informação precisa e confiável, o que ajudou no trabalho de outros colegas.

Em alguns momentos os alunos da especialização falavam ao mesmo tempo, impossibilitando a tradução e interpretação da TILS, sendo necessária a intervenção do professor, solicitando silêncio e que falassem um de cada vez. Barulhos em sala de aula faz o aluno surdo não compreender o que está sendo dito e nem por quem é dito. As posições dos professores face ao aluno surdo e os conteúdos das disciplinas mostram-nos como, se fazem necessárias mais formações como a Especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva oferecida na UEPB.

Os alunos da Especialização eram de diferentes áreas, sendo sua maioria formada em pedagogos e outros possuíam licenciatura. O aluno surdo, em questão, em bacharel em Educação Física. Poucos alunos da referida especialização tinham alguma experiência com alunos com algum tipo de deficiência. Assim, a presença do aluno surdo na sala de aula era bastante explorada já que o mesmo, além de ser surdo, também ministra aulas de educação física em uma escola bilíngue para surdos e participa de ações voltadas a interação de surdos e ouvintes.

O fato de o aluno surdo ser oralizado e conseguir fazer leitura labial facilitaram a interação e diálogo do mesmo com seus professores e colegas ouvintes, embora o uso da Libras se fizesse necessário em muitas situações. Durante os intervalos das aulas, conversas informais eram realizadas e nestes momentos se observava um maior fluxo de diálogo entre o aluno surdo e seus colegas ouvintes, sem a intervenção da TILS.

Durante a disciplina de Libras, os alunos ouvintes buscavam auxílio com o aluno surdo quando dúvidas surgiam referente ao sinal de algumas palavras, principalmente quando a TILS não podia auxiliar os ouvintes nestes momentos. Essas situações contribuíram significativamente no processo de aprendizagem dos ouvintes na disciplina de Libras.

A inibição e medo de errar ou de sinalizar algo ofensivo, eram obstáculos iniciais na comunicação dos alunos ouvintes com o aluno surdo, principalmente por aqueles que tinham pouco conhecimento de Libras, o que foi se dissolvendo ao decorrer do curso, com a interação do corpo discente, o que se refletiu no grupo de WhatsApp da turma, onde mensagens de áudio foram gradativamente sendo substituídas por mensagens de texto, promovendo a inclusão do aluno surdo nas discussões que surgiam através deste aplicativo.

Os vídeos trazidos pelos alunos para suas apresentações em sala de aula referente a alguma temática proposta pelos professores, possuíam legenda ou eram sinalizados em Libras para que o conteúdo transmitido fosse também compreendido pelo aluno surdo. Quando a apresentação era realizada pelo aluno surdo, seus colegas tiravam as dúvidas perguntando diretamente de forma verbal, sendo traduzido pela TILS simultaneamente, e as respostas das perguntas eram feitas de forma verbalizada e sinalizada pelo aluno surdo com a intervenção do TILS quando necessário.

#### **4.4 Os desafios observados**

Quando se trata da Educação Inclusiva, a primeira dificuldade está em transformar a Educação Comum em um processo de transformações urbanistas e metodológicas. A construção física das instituições de ensino e a formação de seus integrantes devem ser ponto chave para o processo de inclusão.

Devemos entender que a inclusão deve começar no processo seletivo de ingresso as instituições de ensino superior (partindo do pressuposto de que já haja na Educação Básica), no atendimento dos porteiros e seguranças, nos estabelecimentos comerciais dentro da instituição de ensino, na conscientização do corpo discente, na formação dos professores e demais integrantes do ambiente educacional, pois todos possuem suas respectivas parcelas de responsabilidade.

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – NAI da UEPB está localizado no 3º andar do Centro de Integração de Aulas, assim como a sala do Curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o que dificulta o acesso para os alunos com deficiência física.

Apesar da utilização do retroprojetor ser relativamente frequente durante as aulas, os professores ainda devem estar de posse de um adaptador para poder utilizar os mesmos, o que impossibilitou em algumas aulas a projeção do material preparado pelo docente, dificultando seu trabalho e prejudicando o andamento das aulas ao provocar atrasos em seu início ou até mesmo obrigando o professor a reestruturar seu planejamento de aula em última hora.

A dificuldade de locomoção dos estudantes universitários que residem em cidades distantes da que está localizada o polo universitário que eles estudam é uma realidade que também atinge os alunos com deficiência. Neste caso, os alunos surdos, sendo mais um obstáculo a ser superado por eles. As cidades geralmente dispõem de transporte, no entanto não há acompanhamento de TILS durante o percurso até a universidade. O aluno surdo da Especialização morava, aproximadamente 120 quilômetros de distância de Campina Grande, fazendo o

mesmo ter cuidado para não perder o transporte para casa, muitas vezes saindo antes do fim das aulas para não ser deixado para trás.

As conversas paralelas dos colegas ouvintes no momento que está sendo ministrada a aula é uma das problemáticas vivenciadas pelos professores nas IES, sendo um agravante ainda maior quando há a presença de alunos com deficiência. Quando se trata de alunos surdos, essas conversas paralelas dificultam o trabalho do TILS em sala de aula.

A não interação da aluna surda com seus colegas é um ponto de atenção a ser observado, assim como a ausência de uma interação visual com a professora, tendo a docente a mesma reação em relação a aluna, aumentando a dependência de ambas com o TILS para que possa haver um diálogo aluna-professor e professor-aluna.

Devido a não existência de sinais para algumas palavras específicas de determinadas linhas acadêmicas, como por exemplo, a de Ciências Biológicas cursada pela a aluna surda observada, o TILS tinha a necessidade de interromper a explicação da professora para perguntar o contexto e até mesmo o significado de algumas palavras dentro da temática abordada para que o mesmo fosse capaz de interpretar e, posteriormente, traduzir tal palavra para a aluna surda. Assim, o TILS precisava trabalhar, em alguns momentos, a adaptação de sinais para algumas terminologias não conhecidas.

Devemos entender que o TILS não possui conhecimentos gerais de todas as áreas de ensino. Contudo é essencial que todos estejam envolvidos ativamente na busca de soluções para sanar os problemas de aprendizagem enfrentados pelos alunos surdos, não apenas o professor, mais também o TILS e o próprio aluno surdo.

A não interação da aluna surda com seus colegas de turma nos remete a segregação escolar, apesar da mesma está em sala com os alunos ouvintes. Mas, a mencionada aluna não apresentava nenhuma relação de vínculo social com seus colegas ouvintes. A aluna surda está inserida, mas não incluída na turma.

#### **4.5 Recomendações**

É extremamente importante a interação dos alunos surdos com os demais colegas e docentes ouvintes. A escola não é um ambiente apenas de aprendizagem de conteúdo, mas também de aprendizagem social, o que só se faz possível mediante a convivência com as idiosincrasias inerentes de uma sociedade plural e heterogenia. As fragilidades familiares vivenciadas no Brasil acabam por direcionar para as escolas a responsabilidade de desenvolver e amadurecer nos alunos suas concepções humanas e competências sociais, corroborando para que eles sejam agentes ativos e transformadores do meio que estão inseridos.

A formação contínua dos profissionais da educação mostrasse cada vez mais necessária e relevante, não apenas em suas concepções de educação e suas metodologias, mas também em seus conhecimentos tecnológicos, visando a utilização de aplicativos que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem de pessoas surdas, principalmente quando consideramos o mundo que vivemos e os avanços que vivenciamos diariamente. A evolução humana nos aspectos tecnológicos é exponencial, tendo à evolução das metodologias de ensino e readaptação dos discentes a mesma necessidade de evolução.

Ao nos comunicarmos verbalmente com uma pessoa buscamos manter contato visual com a mesma, e isto se torna mais importante ainda quando falamos com pessoas surdas. Devemos lembrar que sua linguagem é focada em uma

sinalização visual. Caso não sejamos conhecedores da Libras, podemos escrever ou fazer sinais desde que seja alcançado o entendimento do diálogo e o respeito à individualidade por ambas as partes. Comunicação é o objetivo primário da língua de uma sociedade, sendo ela oral ou sinalizada.

Podemos constatar que dentro de uma perspectiva inclusiva, a educação se faz com a integração de novos indivíduos, como os TILS que apresentam uma significativa importância no processo de ensino-aprendizagem, quando há alunos surdos presentes. Chamar a responsabilidade para a sociedade como um todo é uma luta que ainda precisa se perpetuar constantemente. Todos os agentes sociais possuem ações positivas ou negativas, ativas ou passivas, no processo de transformação da sociedade que passa necessariamente pelas instituições de ensino, desde a Educação Infantil a Educação Superior. Essa transformação deve atingir também os aspectos urbanistas e arquitetônicos dentro e fora das escolas.

Faz-se importante entendermos esses aspectos e levantarmos essas indagações para que possamos compreender parte das dificuldades que as pessoas com deficiência auditiva passaram e passam em suas vidas, que por silogismo, também encontradas em suas vidas acadêmicas, seja na educação básica ou nas instituições de ensino superior.

Todo sujeito, sem exceção, possui em si e no meio em que está inserido, habilidades que com orientação correta, respeito às variações das competências humanas, podem contribuir positivamente para uma sociedade que presa o respeito à diversidade, a autonomia do sujeito, suas habilidades educacionais, suas potencialidades e contribuições em diferentes contextos sociais, inerentes as ações e reações políticas e econômicas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mostrou-se de extrema importância que as IES ofereçam curso de Libras possibilitando assim a formação profissional dos TILS que por sua vez acabam desenvolvendo uma atuação profissional de mais qualidade e embasamento teórico. Além dos TILS, professores podem desenvolver sua formação continuada se especializando na área de educação inclusiva, agregando valor as suas metodologias em sala de aula e em suas relações sociais em diferentes âmbitos e aspectos.

Um diálogo constante entre TILS – professores – surdos se apresenta como necessário e indispensável no processo de ensino-aprendizagem. A não existência deste elo relacional ocasionara sobrecarga de ambas às partes, um déficit de aprendizagem dos alunos surdos e conseqüentemente o não desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de maneira satisfatória.

A maioria dos professores não compreende a comunicação com os alunos surdos, o que pode ocorrer devido ao não conhecimento da Língua de Sinais ocasionado pelo déficit nas formações das IES referente a essa temática. Essa incompreensão ressalta ainda mais a importância da legislação direcionar as IES a disporem de curso de formação na área de inclusão e a inserirem em diversos cursos, principalmente na área pedagógica, disciplinas que busquem o entendimento da diversidade humana e promovam educadores preocupados e dedicados ao processo de ensino-aprendizagem inclusivo.

O TILS desenvolve um papel fundamental no processo de inclusão, escolar e social, de alunos surdos, não sendo possível a efetiva aplicação deste processo sem

sua atuação. A presença do TILS transmite segurança para o surdo e possibilita a interação deste sujeito com os docentes e colegas ouvintes. A ausência do TILS nas atividades acadêmicas deixaria o aluno surdo isolado e impossibilitando sua compreensão dos diálogos ocasionalmente realizados durante as aulas. Pois, apesar do professor poder utilizar tecnologias assistivas, as mesmas não são suficientes dentro do processo de ensino-aprendizagem com os surdos, servindo de suporte e auxílio, mas não substituindo a necessidade de atuação profissional do TILS.

A interação dos alunos surdos com seus colegas não parece ocorrer de maneira fluida, sendo necessário muitas das vezes a “obrigação” imposta pelo professor ao solicitar trabalhos em grupo para os alunos. A ausência de uma interação, entre a aluna surda e colegas, observada na graduação pode ser resultante da falta de conhecimento em Libras por parte dos alunos ouvintes ou por não compreenderem a diversidade, transparecendo, mesmo que involuntariamente, uma discriminação com sua colega surda. O que não se apresenta no curso de especialização com o aluno surdo, podendo ser reflexo da disposição dos colegas ao compreenderem sua forma de si comunicar com o mundo e os outros e buscarem interagir com o mesmo. O fato de alguns alunos terem conhecimento da Libras, mesmo que em pequeno nível, é um ponto positivo, enfatizando a importância da Libras como disciplina nos cursos de graduação.

Os professores de ambos os cursos relatados nesse trabalho, buscavam a participação e a aprendizagem de todos os alunos, apresentando estratégias de ensino com a utilização de ferramentas educacionais diversificadas em suas ações, potencializando as características heterogêneas do grupo, ao mesmo tempo em que buscavam uma equidade de saberes, partindo do pressuposto que todos são diferentes entre si, com suas características individuais únicas que contribuem para o fortalecimento do processo de aprendizagem do grupo.

Podemos observar que as deficiências individuais são ampliadas dentro de um contexto de sociedade que vivemos, estando aquém em relação àquela que almejamos alcançar, com inclusão e equidade. No que se refere ao processo educacional, identificamos que os embasamentos legais garantem o direito de acesso à educação. No entanto não garante a aprendizagem qualitativa do indivíduo no âmbito escolar, tendo assim, como uma das maiores consequências, um número mínimo de surdos na educação básica do Brasil e menor ainda nas Instituições de Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

**AEE Fascículo IV Surdez.** Disponível em: <https://fdocumentos.tips/reader/full /aee-fasciculo-iv-surdez>. Acesso em 25 de nov. de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33784>. Acesso em 20 set. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.146. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 15 de abr. 2019.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência** / Debora Diniz. São Paulo: Brasiliense, 2007. 96 pp. (Coleção Primeiros Passos; 324). Disponível em: <https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/03/texto-1-o-que-c3a9-deficic3aanci a.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

FERNANDES, S. H. A. A.. **Das experiências sensoriais aos conhecimentos matemáticos: uma análise das práticas associadas ao ensino e aprendizagem de alunos cegos e com visão subnormal numa escola inclusiva**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, Brasil, 2008.

GALVÃO FILHO, T. A. et al. **Conceituação e estudo de normas**. In: BRASIL, Tecnologia Assistiva. Brasília: CAT/SEDH/PR, 2009, p. 13-39.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência, 2012.

LAPLANE, Adriana. **Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra**. Educ. Soc. vol.27 n.96 Campinas Out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000300004>. Acesso em 27 de novembro de 2020 às 16h23min.

MARTINS, S. E. S. de O.; NAPOLITANO, C. J. **Inclusão, acessibilidade e permanência: direitos de estudantes surdos à educação superior**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 33, n. especial 3, p. 107-126, dez. 2017.

MOURA, A.F; LEITE, L.P.; MARTINS, S.E.S.O. **Universidade acessível: com a voz os estudantes surdos do ensino médio**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.23, n.4, p.531-546, Out.-Dez. 2017.

MRECH, L. M. **O que é Educação Inclusiva?**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/10/1-o-que-e-educaca-o-inclusiva.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

PINHEIRO, Regina Cláudia. **CONCEITOS E MODELOS DE LETRAMENTO DIGITAL: O QUE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL ADOTAM?. Ling. (dis)curso**, Tubarão, v.18, n.3, p.603-622, Des. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180309-13617>. Acesso em 12 dez 2020.

ROPOLI, E. A.; MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. da C. T. dos; MACHADO, R. A. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR A ESCOLA COMUM INCLUSIVA**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/136435561/AEE-AEscolaComumnaPerspectivaInclusiva>. Acesso em 20 set. 2018.

SILVEIRA, D. T.; Córdova, F. P. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 20 set. 2018.

SILVA, Cesar Augusto de Assis. **Entre a deficiência e a cultura: análise etnográfica de atividades missionárias com surdos**. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102010-144632/publico/2010\\_CesarAugustodeAssisSilva.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-13102010-144632/publico/2010_CesarAugustodeAssisSilva.pdf). Acesso em 25 de novembro de 2020 às 19h10min.

SKLIAR, C., MASSONE, M. I., VEINBERG, S. **El acceso de los niños sordos al bilingüismo y al biculturalismo. Infancia y Aprendizaje**, v.2, n.69, p.85-100, 1995.

SOUZA, Maria Clara de Melo Magalhães. **Dificuldades no ensino da matemática para surdos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Matemática). Universidade Católica de Brasília, 2009.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Eduardo Onofre, por sua orientação, ajuda e incentivo pessoal e profissional.

Aos demais professores do curso, muito obrigado pelos conhecimentos e gama de experiências compartilhadas. Agradeço a coordenadora da Especialização, professora Diana Sampaio, que esteve na banca de seleção quando apresentei meu projeto.

Aos colegas e amigos de turma, obrigado por suas colaborações nessa trajetória e as parcerias formadas durante o curso.

Agradeço aos TILS, Hebert e Geane, por suas respectivas colaborações e pelo conhecimento passado a mim durante todo o processo de observação que realizei.